

GOVERNO FALA EM NEGOCIAR, MAS NÃO FORMALIZA PROPOSTA

Através da Circular Nº 172/2004 de 24 de maio, a Diretoria do ANDES encaminhou o relatório da reunião do Setor das IFES de 22 de maio. Nele foram feitas as seguintes considerações:

“Após um ano de Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), sem perspectiva de negociação efetiva por parte do governo, os servidores federais apontaram para a deflagração de uma greve, como forma de pressão para abertura de negociação e resposta às reivindicações apresentadas - política salarial compreendendo: 50,19% de reposição salarial emergencial, incorporação das gratificações, diretrizes de carreira e recomposição das perdas desde 1995 (127%, de acordo com o índice ICV/DIEESE).

Em resposta ao indicativo de greve dos servidores, o governo apresentou uma proposta de reajuste, na contra-mão das reivindicações, que aprofunda ainda mais as distorções nas carreiras, ao valorizar as gratificações produtivistas, e discrimina os aposentados, os docentes das carreiras de 1º e 2º graus e os professores substitutos, além de ser diferenciada entre as diversas categorias.

As assembléias de base dos servidores responderam negativamente à aviltante proposta do governo e a Plenária dos servidores aprovou a deflagração da greve para o dia 10 de maio. Como forma de desmontar a iniciativa de deflagração da greve, o governo convocou nova reunião da MNNP, em 5 de maio, quando apresentou “ultimato” aos servidores: o dia 21 de maio como data-limite para o “aceite” da proposta e a ameaça de que as categorias que não aceitassem a proposta até esse dia ficariam sem qualquer espécie de reajuste. Ainda como forma de pressionar os servidores, o governo Lula utilizou os meios de comunicação de massa para divulgar sua proposta, omitindo o fato de que o reajuste oferecido significava, na verdade, um acréscimo de valor nas gratificações produtivistas e a extensão destas às categorias que não as possuem.

A deflagração da greve dos SPF se efetivou em 10 de maio, com adesão de 30% dos servidores das seguintes categorias: FASUBRA (8 entidades de base), FENASPS (INSS e Saúde), CONDSEF (FUNASA, DRTs, EMBRAPA e INCRA), ASSIBGE, UNAFISCO e SINASEFE. Como forma de pressionar pela manutenção da negociação conjunta, as entidades da CNESF decidiram reafirmar as reivindicações dos servidores e remeter as negociações específicas para a MNNP, enviando insistentes solicitações de convocação da MNNP para o dia 20 de maio, sem resposta por parte do governo.

A construção de um movimento unitário, entretanto, foi frustrada, a partir do momento em que o governo passou a apresentar propostas diferenciadas para as categorias, acenando com a possibilidade de negociações em separado. Assim, alguns setores do movimento (parte de diretorias de sindicatos dos SPF), desconsiderando a MNNP e a construção da greve unificada em defesa da pauta emergencial, partiram para negociações setoriais, esvaziando o caráter de negociação conjunta na MNNP e fortalecendo a estratégia do governo para desmontar a greve unificada e a luta em torno da pauta apresentada, cujos pontos principais são, na prática, os mesmos tratados separadamente.

Na seqüência, como forma de atacar diretamente o ANDES-SN, sindicato que demonstrou persistência na mobilização de suas bases durante a luta contra a reforma da Previdência e determinação por manter a postura de negociação conjunta, o Ministro do Planejamento, Guido Mantega, declarou, por diversas vezes, que o ANDES-SN não estava disposto a fazer negociações, tendo seu ministério enviado um formulário oficial de contracheque (Comprovante de Rendimentos do Servidor) aos docentes das IFES, contendo uma nova ameaça: os docentes deveriam procurar sua entidade sindical e pressionar pela

aceitação de sua proposta, tendo em conta que “a proposta só será mantida se houver concordância da entidade sindical que o representa.” Os docentes, entretanto, mesmo sob tal ameaça, reafirmaram, na maioria de suas assembleias de base, a rejeição da proposta apresentada pelo governo.

Após definido o resultado das eleições para a nova diretoria do ANDES-SN, ao contrário do afirmado nos “contracheques”, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, no dia 20 de maio, às 19h, enviou convite para reunião, no dia seguinte (21/5), com os dirigentes do ANDES-SN (ver Circular N° 171/04). Nessa reunião, o governo “retirou o ultimato” e acenou, finalmente, com a possibilidade de apresentação de uma nova proposta para os docentes das IFES, mais condizente com as reivindicações de nossa categoria: uma *nova gratificação*, substitutiva da GED e da GID, não produtivista, paritária e isonômica. A proposta, entretanto, apresentada apenas em intenção, necessita de formalização do governo para que seja remetida às assembleias das seções sindicais e avaliada pelo conjunto dos docentes das IFES.

Nesse sentido, a reunião do setor das IFES, realizada no último 22 de maio, apontou como necessária **a manutenção do indicativo de greve como forma de pressionar o governo a formalizar uma nova proposta que contemple as reivindicações dos docentes**. Considerou que o indicativo de greve, avaliado anteriormente pelas assembleias e aprovado na reunião do Setor de 1° de maio (Recife-PE), referia-se a um movimento conjunto dos servidores e que a greve dos SPF não se efetivou como unitária, mas apenas de algumas categorias, tendo algumas entidades já assinado acordo com o governo e estando outras em via de assinar; assim, a reunião apontou, ainda, a necessidade de uma **rodada de AG, até 4 de junho, para avaliação da possibilidade de deflagração de uma greve específica dos docentes**, indicando o período de 7 a 9 de junho para deflagração dessa greve, indicativo esse a ser avaliado na próxima reunião do Setor (5 de junho).

Ressalte-se que, na reunião de instalação da Mesa Setorial de Negociação, no MEC, em 20 de maio último, o ministro Tarso Genro afirmou que a posição apresentada, em reunião anterior, pelo Secretário de Ensino Superior, Nelson Maculan, favorável às reivindicações dos docentes, em especial à incorporação das gratificações produtivistas, representava posição oficial do MEC. Tal manifestação do ministro da Educação, sem dúvida alguma, induziu à possibilidade, agora considerada pelo MPOG, de apresentação de nova

proposta aos docentes antes da próxima reunião da Mesa Setorial de Negociação, agendada para 27 de maio.

A Diretoria do ANDES-SN estará aguardando, portanto, para os próximos dias, a formalização de uma nova proposta por parte do governo. Tão logo nos seja apresentada qualquer resposta do governo, esta será imediatamente remetida às seções sindicais para avaliação das assembleias.

Entretanto, ressaltamos, apenas com mobilização nosso sindicato estará fortalecido para negociar uma proposta que atenda aos nossos pleitos.”

Nesta reunião foram feitos os seguintes ENCAMINHAMENTOS:

Considerando:

- 1) O pronunciamento do MEC, durante a Instalação da Mesa Setorial de Negociação (20/5), favorável à incorporação das gratificações produtivistas;
- 2) A retirada do “ultimato” em 20/5 aos servidores por parte do governo;
- 3) O aceno da SRH/MPOG com a possibilidade de apresentação (após reunião da Mesa Setorial MEC/SESu em 27/5) de nova proposta para os docentes, diferente da proposta anterior de acréscimo de valores na GED/GID, já rejeitada pelo MD;
- 4) A não efetivação da greve dos SPF prevista para iniciar em 10/5/04, tendo setores dos SPF já assinado acordos e outros em vias de assinar;

A reunião do Setor das IFES de 22/5 indica:

- a) **Rodada de AGs até 4/6 e nova reunião do Setor em 5/6;** aprovado por consenso
- b) **Como forma de pressionar o governo a apresentar uma proposta que atenda as nossas reivindicações, as AGs devem avaliar a possibilidade de Indicativo de Greve dos docentes das IFES, com proposta de data para deflagração da greve entre 7 e 9 de junho, a ser definida na reunião do Setor das IFES de 5/6.** (sem considerar a data) – aprovado por maioria com 9 abstenções.

C) Indicar para avaliação das assembleias o período de 7 à 9/6 como data de deflagração da greve.

Favor–17; Contra–2; Abstenções–3

.....

Pela Circular nº 177/04, de 28 de maio, a Diretoria do ANDES enviou o relatório da reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente – MSNP, realizada no dia 27 de maio.

Presentes: **GOVERNO** (Silvio Petrus Júnior, Ronaldo Teixeira da Silva, Gleisson Cardoso Rubin e Getúlio Marques Ferreira.

BANCADA SINDICAL (Pacheco (SINASEF)

Luiz Carlos Gonçalves Lucas, José Domingues de Godoi Domingues e Celi Taffarel (ANDES-SN), Aglaé Andrade de Araújo Rosendo, Félix Gomes e Marluce Souza e Silva (CNM – ANDES-SN), Ivandeir (FASUBRA), William (SINASEF), Josenilton (CONDSEF), Maria do Socorro (FNDE), e Marta Rosângela (SEESP/MEC)

PAUTA

Definição de agenda e prioridades para os trabalhos da MSNP.

Inicialmente o coordenador da Mesa, Silvio Petrus Junior, justificou a ausência do representante do MPOG, que estava participando de uma reunião paralela – Grupo de Trabalho de Carreira dos técnicos-administrativos com a FASUBRA E SINASEFE. Mencionou que o objetivo da reunião seria tratar das questões consideradas emergenciais, a curto prazo, e das questões estruturais a médio prazo. Mencionou também que as negociações na MSNP devem dar-se com base em uma agenda que garanta a confiabilidade de suas ações. Informou que já existe uma minuta de regimento da Mesa que será enviada para todos os representantes e que dentro de 3 a 4 dias deveriam ser dadas as respostas, depois do que o regimento será publicado.

Em seguida, as entidades – ANDES-SN, SINASEFE, FASUBRA e CONDSEF - apresentaram as suas prioridades e reivindicações emergenciais.

O ANDES-SN colocou as suas reivindicação a começar pela incorporação das gratificações, que é um dos pontos do acordo da greve de 2001. Informou que o MPOG adiou reunião prevista para dia 25 de maio porque não havia concluído simulações sobre impacto. Colocou também os demais itens emergências da pauta já protocolada no MEC: carreira, concurso público, reajuste emergencial de 50,19% e reparação das perdas históricas de 127%. Questionou o MEC quanto à questão da aprovação do SINAES e as incompatibilidades com as avaliações para obtenção da GED e da GID. Solicitou posição do MEC a respeito de encaminhamentos que rebatem na

carreira docente e influenciam decisivamente as funções da universidade como a Lei de Inovação Tecnológica, que está tramitando e deverá ser aprovada em um prazo de 60 dias, a LDO de 2005 e as previsões orçamentárias para reajuste salarial e implementação de carreiras e, ainda, sobre a regulamentação das fundações e a lei orgânica das universidades. Ressaltou também a premência de tempo e que o cronograma deveria ser concluído em final de julho em função dos prazos para definição da LOA 2005.

A CONDSEF reivindicou que os 3580 docentes dos ex-territórios que foram discriminados e aos quais não foram concedidas a GID e a GED fossem imediatamente incluídos na concessão das gratificações. Reivindicou plano de carreira para os funcionários da administração direta (CAPES, INEP, C & T, FNDE) e que fosse estabelecido um cronograma de reuniões para encaminhamento das reivindicações.

O SINASEFE colocou como prioridade a incorporação de gratificações dos docentes, mencionou que o acordo para a carreira dos técnicos-administrativos já estava em discussão a partir da assinatura do acordo entre MPOG, SINASEF, FASUBRA, no entanto, restava resolver a questão da classe especial de titulação, pendência da greve de 2001, e solicitou a intervenção do MEC junto ao SRH do MPOG para que o processo já em andamento seja definitivamente resolvido.

A FASUBRA destacou como prioridade a questão da reforma universitária e que tudo o que se relacione à vida funcional da universidade seja debatido na MSNP. Solicitou um calendário que faça fluir as discussões.

A bancada do governo respondeu a cada entidade e informou que, em reunião conjunta com MPOG, foi definido que seria realizado um “raio X” para verificar necessidades e definir critérios para os concursos públicos a serem realizados em 2005 e 2006, vistas as limitações, restrições e pouca margem impostas no ano de 2004. Informou também que estavam sendo levantadas informações sobre cargos vagos, perfil da força de trabalho, previsão de aposentadorias. Mencionou que os concursos autorizados foram insuficientes e não cobriram as vacâncias do período continuando o mesmo déficit, tanto de técnicos-administrativos quanto de docentes. Fez referência à intenção do governo de preencher as vacâncias à razão de 1/30 ao ano (reposição automática de docentes nas vagas decorrentes de aposentadoria) na perspectiva de não gerar um passivo maior do que o já existente. Respondeu também que a reforma universitária não

seria pautada na MSNP porque ela não estava em negociação e que existem fóruns, processos e outros meios em que o debate nacional e a construção do consenso de interesse da sociedade brasileira estavam sendo feitos. Posicionou-se também no sentido de admitir que, quanto à incorporação das gratificações – reivindicação do ANDES-SN -, havia concordância de que a questão era “viabilizar o processo que já está em curso”. Esclareceu também que as negociações da MSNP consensuadas seriam levadas para MNPN.

A bancada sindical propôs três grupos temáticos sobre carreira. Um com o ANDES-SN (docentes), um já existente com o SINASEFE E FASUBRA (técnicos-administrativos) e um com a CONDSEF (administração direta) ao que a bancada do governo respondeu que teria dificuldades em conduzir mais de dois ou três grupos temáticos.

Definiu-se que a próxima reunião seria no dia 2 de junho, às 14 horas, no MEC, com a seguinte pauta: aprovação do regimento da mesa, calendário para tratar das especificidades da carreira, resposta do MEC às questões levantadas pelo ANDES-SN, reforma universitária nos pontos que interferem na funcionalidade das universidades.

A avaliação realizada pelos diretores do ANDES-SN é de que cabe ao MEC fazer valer junto ao MPOG a sua posição em relação à justiça da reivindicação dos docentes pela incorporação das gratificações. Cabe ao MPOG imediatamente apresentar ao ANDES-SN, por escrito, a sua proposta e que isto será exigido, também por escrito, a partir de amanhã, dia 18, visto o silêncio do MPOG nas últimas 48 horas.

Cabe ao MEC dar respostas quanto a suas posições frente às decisões que estão sendo encaminhadas e que afetam a vida universitária como é o caso da Lei de Inovação Tecnológica, da Lei de Diretrizes Orçamentária e a Regulamentação das Fundações. Cabe ao MEC responder pelas medidas que estão sendo adotadas por força de lei e que introduzem mecanismos de avaliação e incidem sobre as finalidades da universidade e do trabalho docente.

Avaliamos, ainda, que as questões centrais na reivindicação dos docentes – incorporação de gratificações, plano de carreira, contratações, reajuste emergencial e histórico – incidem no orçamento da União e implicam previsões orçamentárias, o que não está posto nem no PPA 2004-2007 e muito menos nas previsões já encaminhadas para 2005.

Avaliamos também que as reivindicações que incidem no orçamento impactam decisões referentes à macroeconomia do governo Lula, que vem priorizando o estabelecimento de superávit primário para pagamento da dívida em detrimento do atendimento das reivindicações dos servidores públicos federais.

As manifestações do MEC expressas em eventos públicos, tanto pelo secretário da SESU, como do próprio ministro da Educação, estão sujeitas às decisões do MPOG, da Fazenda, da Casa Civil e que, prevalecendo a submissão do MEC, as determinações autoritárias de tais ministérios econômicos e políticos, teremos grandes dificuldades nas negociações.

Somente com grande pressão a partir das bases, a partir da manifestação da sociedade brasileira é que a questão da educação e da universidade pública, laica, gratuita e de qualidade social poderá vir a ter outra consideração.

.....

Em 28/5/04, foi enviada uma carta ao Secretário de Recursos Humanos do MPOG - Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, conforme segue:

Ilustríssimo Senhor
SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA
Secretário de Recursos Humanos do MPOG
Esplanada dos Ministérios Bloco C - 7º andar sala
700 - BRASÍLIA - DF

Senhor Secretário:

Considerando a disposição do MPOG de dar continuidade ao processo negocial acerca do reajuste salarial devido especificamente aos docentes e contemplar reivindicações do Movimento Docente encaminhadas pelo ANDES-SN pela incorporação das gratificações, expressa na mensagem datada de 20 de maio de 2004, assinada pela chefia do gabinete da SRH/MP;

Considerando que nesta reunião do dia 21 de maio o MPOG comprometeu-se em apresentar dados e simulações sobre a reivindicação do Movimento Docente de incorporação de gratificações;

Considerando que a única resposta a partir daí foi um telefonema no dia 25 adiando a reunião para data a ser definida em função da necessidade do MPOG finalizar cálculos;

Solicitamos em caráter de urgência um posicionamento a respeito da próxima reunião e da resposta ao encaminhamento do ANDES-SN .

Atenciosamente,
Prof. José Domingues de Godoi Filho
1º Vice Presidente